

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Departamento de Pesquisas Educacionais

María Malta Campos

O PROGRAMA DE CRECHES DA LBA:
ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO

São Paulo, novembro de 1985

1. Análise do Relatório Geral — 83

Jurisdicionada ao Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS, a Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA atua em todo o território nacional, através de vários programas.

Dentre estes, vários incidem sobre a faixa etária de 0 a 6 anos, conforme dados que constam do Relatório Geral de 1983. Dentro dos programas de "Assistência ao Menor", as Creches Casulo atendem mais diretamente esta faixa. Além desse, o programa de Colônias de Férias abrange também a faixa de 5 e 6 anos e o de Assistência Social Complementar provavelmente atinge uma certa parcela de crianças menores de 7 anos. No item de "Ações de Saúde e Assistência Nutricional", os três programas incidem de alguma forma sobre este contingente de crianças: as Ações de Saúde compreendem vários tipos de assistência médica e sanitária, como a campanha do aleitamento materno; os programas de Complementação Alimentar e o de leite em pó estão voltados para as gestantes, nutrizes e crianças (de até 36 meses no primeiro).

Além desses, os programas de Assistência aos Excepcionais, e as campanhas montadas por ocasião de catástrofes regionais, como é o caso da "Nordeste Urgente", provavelmente chegam também até certa parcela de crianças menores de 7 anos.

Resta mencionar o Programa Nacional do Voluntariado — PRONAV, que mobilizou em 1983 o trabalho voluntário de 161 mil pessoas, muitas das quais atuam junto a programas que atendem as crianças de 0 a 6 anos.

Entretanto, dentre esta gama variada de programas, é o das Creches Casulo aquele que está mais diretamente voltado para

esta faixa etária. Em termos de recursos orçamentários, ele correspondeu, em 1983, a 23,31% do total de recursos dispendidos pela LBA (Tabela 1).

TABELA 1

CUSTO DOS PROGRAMAS DA LBA — 1983

	CUSTO EM MILHARES DE CRUZEIROS	% DO TOTAL
Assistência ao Menor		
Creches Casulo	11.471.813	23,31
Projeto ELO	536.813	1,09
Colônia de Férias	263.907	0,53
Assistência Social Complementar	1.288.266	2,61
Assistência Social Geral	1.376.057	2,79
Educação para o Trabalho	2.446.433	4,97
Legalização do Homem Brasileiro	740,050	1,50
Ações de Saúde e Assistência Nutricional		
Ações de Saúde	590.397	1,20
Complementação Alimentar	10.085.685	20,49
Leite em Pó	7.192.563	14,61
Assistência aos Excepcionais	9.643.469	19,59
Assistência aos Idosos	2.362.763	4,80
Programa Nacional do Voluntariado (gasto pela LBA)	1.223.834	2,49
TOTAL	49.222.050	100%

Fonte — LBA: Relatório Geral/83

Apesar de, individualmente, este programa ser aquele para o qual a LBA destinou o maior montante de recursos, nota-se que, se somados, os programas de Complementação Alimentar e Leite em Pó representaram 35,10% do total; além desses, o programa de Assistência aos Excepcionais consumiu uma grande fatia do total de recursos: 19,59%. Ou seja, para cada 100 cruzeiros gastos com ali-

mentos, a LBA destinou 66,4 cruzeiros para as creches casulo; e para cada 100 cruzeiros gastos nestas, destinou 84 cruzeiros para assistir aos excepcionais.

A comparação entre os programas, baseada no total de pessoas atendidas, torna-se difícil pela natureza diversa dos tipos de atendimentos realizados em cada um: número de crianças que frequentaram as creches, número médio de atendimentos mensais de saúde ou quantidade de atendimentos realizados pelos voluntários do PRONAV. Acresce que, em relação a estes, trata-se possivelmente dos mesmos casos atendidos em outros programas, o que leva a uma duplicação de cifras. O mesmo ocorre, provavelmente, com os programas de distribuição de alimentos, que por vezes atingem aqueles que frequentam outros programas da mesma instituição.

De qualquer forma, verifica-se que o programa de Creches Casulo atendeu, em 1983, 908.302 crianças, sendo que 303.116 somente a partir de novembro, com 3.152 milhões de cruzeiros provenientes do FINSOCIAL. Descontando-se este montante do total gasto e diminuindo-se este contingente de crianças das restantes, supostamente atendidos durante o ano todo, chega-se a que 605.186 crianças foram atendidas ao custo global de 8.319 milhões de cruzeiros. Esta quantia equivalia, no câmbio de 14 de julho de 1983, a 14.600 mil dólares (1 dólar = 568,79 cruzeiros). Ou seja, a LBA gastou, aproximadamente, 24,12 dólares por criança/ano ou 2 dólares por criança/mês, com o programa de Creches Casulo, descontando-se desse cálculo o montante representado pelo aporte do FINSOCIAL e o correspondente total de crianças atendidas a partir de novembro.

Alguns dados fornecidos por ocasião da realização da Comissão Especial de Investigação — CEI sobre Creches, na Câmara Municipal de São Paulo, podem servir de comparação. Na sua segunda sessão compareceu para depor, representando a LBA, Jaime Moura e

Silva, do Rio de Janeiro. Respondendo às questões feitas, ele informou que o custo mensal de uma criança na creche direta da LBA era de 9.600 cruzeiros em junho de 83. Nesta creche as crianças permanecem 8 horas por dia. Para as conveniadas, a LBA pagava 2.500 cruzeiros. A própria LBA avaliava que, em média, uma criança nessas creches custava 7.800 cruzeiros por mês, sendo o auxílio da LBA apenas "complementar". Note-se que foram atendidas em programas de execução direta 136.270 crianças e, através de convênios, 772.032, ou seja, 85% do total de 908.302.

Comparando-se com o dado obtido anteriormente (2 dólares de julho de 83 ou 1.138 cruzeiros) vemos que mesmo o per capita de 2.500 cruzeiros é superior, o que pode ser explicado por oscilações de matrícula durante o ano e pela agregação de dados de diferentes modalidades de creches-casulo. Entretanto, mesmo assim, essa quantidade representa um valor bem menor do que o custo real estimado, o que revela que as entidades e grupos comunitários é que arcam com a maior parte dos custos destas creches, que atendem as crianças contabilizadas nas estatísticas do órgão oficial.

Ampliando-se a comparação, levando em conta custos de creches da Grande São Paulo, levantados pela CEI, verifica-se que a defasagem aumenta: para novembro de 1983, o custo mensal da criança atendida pela rede direta do Município de São Paulo era avaliado em 62.778 cruzeiros (Secretaria da Família e Bem Estar). O per capita pago pela Prefeitura para as creches indiretas e conveniadas era de 17.106 cruzeiros (novembro de 83). Em Osasco, o custo estimado para as creches municipais diretas era de 28.895 cruzeiros no mesmo ano. Descartando-se o custo da creche direta de São Paulo, inflacionado pela inclusão de gastos com a infra-estrutura da Secretaria, verifica-se que, assim mesmo, os valores da LBA ficam bem abaixo do custo real médio para este ano.

Estas comparações ficam ainda mais difíceis de serem avaliadas se for considerado o fato de que o que é contabilizado como atendimento em creche, pela LBA, em grande parte dos casos corresponde a uma modalidade de pré, pois atende em meio período crianças que se encontram predominantemente na faixa de 4 a 6 anos. Assim, eram atendidas em regime de 4 horas 502.954 crianças e, em 8 horas, 399.888, sendo 5.460 incluídas no item "outros regimes". Isto é, 55,37% em 4 horas e 44,03% em 8 horas. Considerando-se as três modalidades de creches incluídas no programa Creches Casulo, é provável que parte desses 55,37% sejam aquelas crianças atendidas pelas creches "comunitárias", entre as quais incluem-se as creches "de emergência" instaladas no Nordeste por ocasião da seca. Do total de 908.302 crianças, a LBA atendia 613.734 (67,57%) nas creches "institucionais" (diretas e conveniadas), 286.961 (31,59%) nas comunitárias (sendo que destas, 216.749 através do FINSOCIAL) e 7.607 (0,84%) em "creches domiciliares" (mães crecheiras). Estes dados constam das tabelas 2 e 3.

Infelizmente, a discriminação por idade só consta do relatório relativo a 1981. Neste ano, 61,3% das crianças atendidas em creches tinham entre 4 e 6 anos de idade. Projetando-se essa porcentagem para os dados de 1983, chega-se a que aproximadamente 556.789 estavam nesta faixa etária em 83.

TABELA 2 .

NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS POR MODALIDADE DE CRECHE

		%
Institucionais	613.734	67,57
Comunitárias	286.961*	31,59
Domiciliares	7.607	0,84
TOTAL	908.302	100%

* Sendo 216.749 através do FINSOCIAL.

Fonte -- LBA: Relatório Geral/83

TABELA 3

NÚMERO DE CRIANÇAS POR REGIMES HORÁRIOS

		%
8 horas diárias	399.888	44,03
4 horas diárias	502.954	55,37
outros	5.460	0,60
TOTAL	908.302	100%

Fonte -- LBA: Relatório Geral/83

Entretanto, vista a forma como os resultados estão apresentados para 1983, torna-se impossível cruzar os dados relativos a regimes horários com as faixas etárias atendidas. Este dado seria importante no sentido de se avaliar quantas crianças estão efetivamente sendo atendidas em creches propriamente ditas e quantas freqüentam programas que deveriam provavelmente ser contabilizados como uma modalidade de pré-escola.

Este fato interfere bastante na questão dos custos, pois sabe-se que o custo de uma criança em creche é bem mais alto, especialmente no caso das crianças de berçário. Quando se agregam custos de atendimentos tão diversos, torna-se mais difícil qualquer tipo de avaliação global dos programas.

A LBA fornece dados a respeito das faixas de renda familiar mensal das crianças atendidas. Comparando-se os dados de 1982 e 1983, constata-se que aumentou a proporção da clientela situada na faixa mais baixa.

TABELA 4
CRIANÇAS ATENDIDAS SEGUNDO A RENDA FAMILIAR

FAIXA DE RENDA	1982	%	1983	%
Menos de 1 salário mínimo	167.980	61	229.693	65
1 a 3 salários	69.870	24	86.261	24
Mais de 3 salários	7.900	3	35.092	11
Sem informação	31.533	12	—	—
TOTAL	274.334	100	352.046	100

Fonte — LBA, Relatório Geral/83, p. 14.

Infelizmente, as estatísticas disponíveis não nos permitem calcular a porcentagem de atendimento em relação à população demandatária estimada. Calculando-se, a partir da PNAD 83, a população residente de 0 a 6 anos esta é, aproximadamente, de 24.628.525 (a PNAD só fornece o total para as faixas de 0-4 e 5-9). Em relação a este total, o atendimento declarado pela LBA (908.302 crianças) para o mesmo ano, corresponde a 3,68%. Entretanto, seria preciso discriminar este total por faixas de renda familiar, para calcularmos a porcentagem de atendimento da LBA em relação à população de até

3 salários mínimos de renda familiar mensal, operação que os dados não nos permitem fazer.

Sabemos, pela PNAD 82, que do total de crianças de 0 a 6 anos que freqüentavam estabelecimentos de ensino pré-escolar, 60% pertenciam a famílias com até 5 salários mínimos de renda familiar mensal, sendo 30% na faixa até 2 salários mínimos. Por esta comparação, parece que a LBA atinge melhor as faixas mais pobres do que o sistema pré-escolar como um todo.

Finalizando, seria importante, mais uma vez, relativizar estas afirmações, em vista do montante de recursos efetivamente gasto pela instituição com as crianças atendidas. Na medida em que o per capita da LBA cobre apenas uma parte pequena dos gastos das creches casulo, seria mais objetivo considerar que estes dados referem-se a vários tipos de serviços, custeados por entidades, pela própria população, eventualmente por outros órgãos oficiais e pela LBA, tal como estão contabilizados nos relatórios desta instituição.

NOTA — Não analisamos os dados do Relatório Geral de 1984, porque este nos chegou às mãos depois deste texto pronto. O Relatório de 84 traz dados sobre a Campanha Nacional de Creches, que conseguiu arrecadar uma contribuição mensal voluntária de empresas de Cr\$ 114.753.287 (cruzeiros de dez. 1984), beneficiando 5.190 crianças, o que corresponde a 7,35 dólares por criança (Cr\$ 22.110). O relatório dá informações também sobre a aplicação dos recursos do FINSOCIAL (12 bilhões de cruzeiros em 83 e 84), no Norte e Nordeste do país, atendendo 186.886 crianças em 8 horas diárias e 119.830 em 4 horas, sendo o per capita mensal médio de Cr\$ 3.912. O atendimento total em 1984, pela LBA, foi de 1.015.037 crianças.

2. Algumas avaliações sobre creches vinculadas à LBA

Foram encontrados poucos trabalhos com dados sistematizados a respeito de creches diretamente administradas pela LBA ou com ela conveniadas.

Resumimos a seguir os principais aspectos discutidos nos trabalhos analisados.

Os trabalhos de Moema Toscano sobre creches no Rio de Janeiro e de Wanda Maria Mota de Miranda sobre creches em Salvador são ambos datados de 1980 e, embora não tenham analisado em profundidade a questão, trazem dados que são confirmados e investigados em maior detalhe em outros trabalhos.

Moema Toscano, juntamente com um grupo do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro, realizou um levantamento sobre as creches no Rio de Janeiro, que inclui algumas observações sobre creches conveniadas com a LBA¹. A partir de uma listagem de 108 creches registradas na cidade, verificou-se que 26 apresentavam dificuldades de serem pesquisadas. Retirando-se da lista os orfanatos e demais serviços diversos de creche, obteve-se um universo de 66 creches, das quais 45 foram visitadas. Destas, 24 eram de obras sociais, 8 particulares e 13 de empresas. Dentre as primeiras, 5 não mantinham qualquer convênio, 10 mantinham um e 9 mais de um convênio. Dentre os convênios, 14 eram com a LBA, sendo apenas 2 com o programa de Creches Casulo.

As obras sociais apontaram, como sua principal dificuldade de funcionamento, a questão financeira. São elas as que tendiam a abranger a faixa etária mais ampla e possuíam o maior número médio de crianças por creche (220).

¹ Creche: necessidade e realidade. Relatório de pesquisa. Centro da Mulher Brasileira, Rio de Janeiro, fev. 1980, mimeo.

Foi realizado um estudo de caso sobre uma creche de obra social leiga, situada na zona sul, conveniada com a LBA, que atendia crianças de 3 a 5 anos em período integral. Os problemas apontados no breve estudo referem-se principalmente ao alto número de crianças por professora — 35 — e às dificuldades financeiras. O convênio com a LBA não abrangia todas as crianças e as mães tinham dificuldade de pagar as mensalidades, havendo várias com atraso na época da pesquisa.

A autora de Salvador² menciona a existência de 23 creches da LBA na cidade, sendo 2 diretas e 21 conveniadas, atendendo um número de crianças que varia de 60 a 400. Apenas 11 incluíam a faixa etária de 0 a 3 anos com permanência de 8 horas diárias.

Das duas experiências descritas, na realidade nenhuma configurava propriamente uma "creche", pois uma atendia crianças de 3 a 6 anos em meio período e outra era um internato para filhos de leprosos. No caso da primeira, ela funcionava em um barracão alugado pela entidade, sem divisões internas, e dependia da ajuda gratuita das mães para seu funcionamento diário. Para 240 crianças em cada turno, haviam 5 monitoras, e um quadro técnico de 2 assistentes sociais, 1 dentista, 1 médico e 1 pedagogo. Embora a autora não interprete estes dados, a quantidade de pessoal técnico, em comparação com a precariedade de condições da creche, é no mínimo surpreendente, fato que será comentado com maior detalhe em outro trabalho. A autora registra também, queixas das mães em relação à obrigação de trabalhar gratuitamente na creche e dos funcionários da entidade quanto à falta de assiduidade delas na prestação desse serviço.

² Wanda Maria Mota de Miranda. Um diagnóstico de creches na cidade de Salvador, UFBA, Salvador, s.d. e Creches, desenvolvimento econômico, políticas sociais: um estudo de caso na cidade de Salvador, Projeto de Tese, Mestrado em Saúde Comunitária, UFBA, Salvador, jun. 81.

Os dados contidos nos relatórios sobre creches comunitárias em Belo Horizonte³ são bastante sugestivos, principalmente em relação às dificuldades vividas no cotidiano das creches conveniadas com a LBA e/ou a FEBEM, contrapartida do pouco que os recursos repassados por estes órgãos representam em relação ao custo real — bastante reduzido, diga-se de passagem — de manutenção dessas creches.

Em 1983 existiam, na região metropolitana de Belo Horizonte, aproximadamente 17 creches comunitárias, criadas a partir da iniciativa de grupos de mulheres moradoras dos bairros populares e baseadas principalmente no seu trabalho voluntário. Destas, 6 começaram na forma de "prézinbos" e evoluíram para um atendimento em horário integral. Todas lutam com grandes dificuldades de sobrevivência, até mesmo para conseguir alimentar diariamente as crianças. Os obstáculos para obtenção de convênios são muitos, a começar pelas exigências burocráticas, dificilmente cumpridas por mulheres com longas jornadas de trabalho, pouco dinheiro para condução e falta de familiaridade em lidar com documentação.

Apenas 4 dentre as 13 creches mantêm convênio com a LBA. Além das dificuldades com a papelada exigida, estas creches ainda lutam com os atrasos no recebimento da verba anual, que às vezes tarda vários meses para chegar. Estes recursos, que são insuficientes até mesmo para suprir as necessidades de alimentação, não podem ser gastos com pessoal. Dessa forma, as mulheres são obrigadas a trabalhar gratuitamente. As contribuições dos pais, pequenas e pouco pontuais, mal dão para gratificar algumas das funcionárias,

³ Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Projeto Prática educativa na Creche Comunitária: uma análise micropolítica. 1º Relatório Técnico-Científico. Relatório p/INEP, UFMG, nov. 83, xerox, e Creches Comunitárias, anexo ao relatório final para o CNPq. As pesquisadoras são Livia Maria Fraga Vieira e Regina Lúcia de Melo Camargos.

geralmente as cozinheiras e as faxineiras, sendo que as pajens raramente recebem alguma remuneração. A possibilidade de utilizar recursos da FEBEM com gastos de pessoal foi cortada em 1982, agravando o problema. Apesar disto, as creches conveniadas com a LBA são obrigadas a colocar na porta uma placa com os dizeres "LBA/PROJETO CASULO".

O estudo de caso sobre a creche "Casinha da Vovô" também conveniada com a LBA, realizado com uma metodologia participante, analisa mais sistematicamente estes problemas, procurando, no processo da pesquisa, propiciar espaços de reflexão para as mulheres envolvidas com a creche. Entre os temas abordados nas reuniões, aparece o da manutenção da creche, questão básica que atravessa o trabalho cotidiano de todos.

A creche foi criada em 79, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres do bairro do Vale do Jatobá, região industrial de Belo Horizonte. Inicialmente contaram com a ajuda da Igreja e de um colégio. O trabalho voluntário das mulheres, promoções, como festinha e bazares, doações eventuais e as contribuições dos pais sustentam a creche. A verba anual da LBA entrou depois de 9 meses de funcionamento da "Casinha da Vovô" e sempre chegou com atraso desde então.

Ela atende 40 crianças de 0 a 6 anos, durante 8 horas diárias, contando com 3 crecheiras voluntárias, 1 faxineira e 1 cozinheira. Uma das crecheiras é a presidente da associação formada para gerir a creche. Funciona em prédio de uma Associação Comunitária, onde divide o espaço com um programa pré-escolar do MOBREAL.

Como parte da pesquisa participante, o grupo tentou "entender" como a creche conseguia sobreviver, pois isto nunca havia ficado claro, dadas as necessidades diárias de manutenção e a che-

gada assistemática dos recursos, sempre insuficientes. Para resumir, reproduzimos a tabela que calcula a participação no custo de cada fonte de receita da creche. Nota-se que foi incluído um valor estimado do trabalho voluntário das crecheiras, para torná-lo "visível" para todos, somado ao da cozinheira e faxineira, descontadas suas gratificações.

TABELA 5
VALOR RELATIVO DE CADA FONTE DA RECEITA NO
CUSTO MENSAL DA CRECHE "CASINHA DA VOVÓ"

FONTE	% DE PARTICIPAÇÃO NO CUSTO
LBA (per capita)	15,8
LBA (leite)	6,5
FEBEM	6,5
PAIS (mensalidade)	2,6
COMUNIDADE (promoções)	3,5
TRABALHO DE CRECHEIRAS	46,7
DÉFICIT (geralmente coberto com doações eventuais)	18,4
TOTAL	100

Reproduzido do Relatório para o INEP, op.cit, p. 23, quadro 6

O dia-a-dia da creche revela um trabalho estafante das cinco mulheres, que se consome nas tarefas de manutenção da creche, alimentação e higiene das crianças, que apresentam inúmeros problemas de saúde, restando pouco tempo e energia para uma reflexão sobre a dimensão educativa do trabalho.

A desvalorização ainda maior do trabalho das pajens ou crecheiras, até mesmo em relação ao da cozinheira e faxineira, permeia a preocupação dessas mulheres, desestimulando muitas delas.

Seu trabalho invisível aos olhos do Estado, também permanece invisível aos olhos da população, sendo que muitos moradores não acreditam que estas mulheres nada recebem. Isto explica o fato delas não conseguirem novas voluntárias para a creche e ali permanecerem somente pelo seu compromisso com o grupo. Nesse sentido, a realização da pesquisa propiciou um espaço de reflexão que tentou recuperar o valor desse trabalho.

O relatório menciona que o Movimento de Luta por Creches de Belo Horizonte tem levantado insistentemente este problema de falta de remuneração das crecheiras pelos órgãos oficiais repassadores de recursos, o que reflete a permanência de uma concepção assistencialista, que desvaloriza ao mesmo tempo o trabalho feminino e a dimensão educativa da creche.

As pesquisas realizadas pela equipe do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, concentram-se principalmente nas questões ligadas ao desenvolvimento psicológico das crianças atendidas em creches da região, investigando, entre outras coisas, a interação adulto-criança no ambiente da creche⁴.

As pesquisas desenvolveram-se ao longo de um trabalho de acompanhamento de 13 creches em 1979 e 18 em 1980, através de uma metodologia de pesquisa ação. Estas creches, mantidas por entidades de cunho filantrópico, recebem verbas da LBA e da FEBEM. Estão localizadas em Batatais, Brodosqui, Altinópolis, Mococa, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Barrinha, Pontal, Orlândia, Morro

⁴ Maria Clotilde Rossetti Ferreira e outros. Crianças carentes em ambientes carentes: estrutura, funcionamento, ambiente interacional e avaliação do desenvolvimento em creches que atendem à população de baixo nível socio-econômico. Trabalho apresentado no XVIII Congresso Interamericano de Psicologia, Santo Domingo, jun. 81.

Agudo e Ribeirão Preto, atendendo filhos de trabalhadores rurais e empregadas domésticas, na maior parte.

As características de funcionamento destas creches não são muito diferentes das descritas em outros trabalhos: grande número de crianças por adulto (1 para 25 e 1 para 15 nos berçários, em média), pajens com pouca instrução, programação educacional exclusivamente voltada para as crianças de 6 anos, dificuldades de manutenção, orientação assistencialista. As pajens cumprem jornadas de trabalho de até 10 horas diárias, recebem geralmente menos de um salário mínimo, e o grande número de crianças, aliado à falta de preparo, fazem com que elas se limitem às tarefas ligadas à alimentação e higiene das crianças. As administradoras geralmente seguem a orientação das entidades, muitas religiosas, refletindo uma visão caritativa da elite local em relação à população pobre.

O trabalho citado descreve os resultados de observações feitas sobre a interação adulto-criança. Inicialmente foi utilizada uma técnica que centra a observação na criança, em intervalos de 10 minutos. Como se constatou que vários intervalos decorriam sem que nenhuma interação fosse constatada, modificou-se o sistema, centrando a observação no adulto presente. As observações eram feitas em várias situações e locais da creche e focalizavam o staff técnico-administrativo, o que cuida da criança (pajens, monitoras e professoras) e o doméstico (operacional). A seguir resumimos alguns resultados obtidos para 2 creches, ambas mantidas por entidades espíritas: a creche 1, que conta com prédio amplo e 24 funcionários para 120 crianças e a 2, que possui instalações mais modestas, com 5 funcionários cuidando de 35 crianças.

As atividades foram classificadas em:

Diretas — aquelas que o funcionário executa com a criança, incluindo tomar conta, cuidado físico e cuidado social, ou seja, ensinar, brincar, jogar etc.;

Indiretas – administrativas e domésticas e

Pessoais – conversas entre adultos, idas ao banheiro, refeições longe da criança.

TABELA 6

ATIVIDADES DO STAFF

ATIVIDADES	CRECHE 1	CRECHE 2
Direta	22%	43%
Indireta	42%	34%
Pessoal	23%	7%

Reproduzido do relatório de Ferreira et. alii,
p. 23.

Note-se que dentre as atividades diretas desenvolvidas, predominam as de cuidado físico, respectivamente 18% e 3% das atividades diretas do staff das creches 1 e 2.

Mais sério é o dado sobre a porcentagem dos intervalos observados onde não se registrou nenhuma interação adulto-criança: 48% na creche 1 e 38% na 2. Entretanto, mesmo no caso das interações observadas, estas muitas vezes correspondiam a comportamentos pouco estimuladores para continuar a interação, com as poucas verbalizações dirigidas para controle e ordem e contatos físicos predominantemente neutros.

Um dos dados mais interessantes diz respeito à influência da variável razão adulto-criança. Justamente a creche 2, que conta com menos adultos por criança, é a que apresenta um ambiente interacional mais favorável. Nesta creche as divisões entre os grupos de crianças e as tarefas dos adultos não são tão rígidas, com uma organização mais flexível e menos hierarquizada que a da creche 1.

Um outro relatório da mesma equipe⁵ chegou a comparar o desempenho de 2 pajens da creche 1, revelando o peso das diferenças pessoais e talvez, do grupo de 11 bebês em comparação com o grupo de 14 crianças de 1 a 2 anos, cuidados respectivamente pela pajem A e pela pajem B. Apesar da pajem B contar com uma ajudante, a pajem A apresentou maior frequência de atividades e verbalizações dirigidas para a criança.

A importância desses resultados é que eles demonstram até que ponto as faltas de condições materiais adequadas, a orientação exclusivamente voltada para a proteção, alimentação e higiene e a falta de preparo das pajens podem comprometer a estimulação das crianças atendidas nessas creches. Não se deve esquecer que estas funcionárias são mal remuneradas, cumprem longas jornadas de trabalho e refletem, no trato com as crianças, a mentalidade assistencialista de que para uma criança carente basta garantir alimentação e limpeza.

Maria Aparecida C. Franco⁶, em avaliação realizada para o UNICEF e CNRH, na qual examina dados relativos a 6 experiências de atendimento a crianças de 0 a 6 anos no país, retoma e aprofunda muitos desses pontos em relação às 3 creches da LBA que pesquisou. Este trabalho permite, ainda, levantar questões importantes sobre a desigualdade de condições enfrentadas pelos diferentes tipos de creches mantidas pelo órgão.

⁵ Regina Elisabete Secaf. Ambiente interacional em creches. Relatório enviado à FAPESP, s.d., xerox.

⁶ Da assistência educativa à educação assistencializada: um estudo de caracterização e custos de atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade. UNICEF/CNRH, Rio de Janeiro, 1983. Um resumo deste relatório foi publicado nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, nº 51, pp. 13-32, nov. 84, sob o título: Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade.

As creches vinculadas à LBA pesquisadas estão localizadas em Brasília. São elas: Projeto Casulo do Centro Comunitário Nossa Senhora da Glória na cidade satélite de Ceilândia; Creche Comunitária do Varjão, na Invasão do Varjão, Lago Norte do Plano Piloto; e Projeto Casulo do Centro Social do Gama, creche direta localizada na cidade satélite do Gama.

As outras experiências analisadas foram as creches lares de Mucuripe e Fortaleza, ligadas à FEBEM e 2 PROAPES de Recife, vinculados respectivamente às Secretarias Municipal e Estadual de Educação.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma permanência de uma semana em cada instituição, quando foram realizadas entrevistas, observações e coletados documentos e trabalhos de alunos. Foram colhidas as informações necessárias para avaliar os custos de cada experiência, custos estes que a autora procura sempre analisar relacionando-os com as características próprias de cada experiência.

A Creche N. S. da Glória pertence a uma organização dos padres capuchinhos, a Ação Social N. S. de Fátima. Entre outras atividades, ela mantém esta creche, que atende crianças de 3 a 6 anos em meio período. Funciona em 3 salas próximas à Igreja, contando também com uma cozinha e banheiros, além de outros espaços igualmente utilizados para outras atividades da paróquia. Na creche trabalham monitoras, alunas do 2º grau, com as 6 turmas de 40 crianças.

Em 1983 a creche recebia um per capita anual de Cr\$ 30.000,00 por 8 horas e Cr\$ 15.000,00 por 4 horas. Esta quantia correspondia a Cr\$ 31,25 por uma refeição diária; nessa mesma ocasião um cafézinho custava em média Cr\$ 60,00. Para conseguir fornecer uma refeição leve às crianças, logo quando chegam, e um prato

de comida antes da saída, a creche somava, às compras realizadas com a verba da LBA, doações da FAE/MEC, doações das famílias e os produtos de uma pequena horta própria.

Comparando-se as fontes de receita e os custos — bastante baixos, dada a precariedade de condições — verifica-se que a contribuição dos pais, que representa 8,3% do custo total, corresponde assim mesmo a 25% do per capita anual pago pela LBA. Note-se que os pais destas crianças recebiam, em média, Cr\$ 48.000,00 por mês e as mães, Cr\$ 37.000,00. O salário mínimo em 83 era de Cr\$ 34.776,00 em maio e Cr\$ 57.120,00 em novembro.

A Creche Comunitária do Varjão surgiu a partir de uma organização comunitária dos moradores, incentivada pela Igreja e pela LBA. A pequena construção de madeira, feita com material doado pela LBA, foi erguida em sistema de mutirão. Atende 71 crianças de 3 meses a 6 anos, contendo um berçário, duas salas, cozinha, banheiro e escritório.

A contribuição das mães destina-se a pagar aquelas 3 que fazem serviços na creche: cozinha e limpeza. Duas estagiárias de 2º grau cuidam das crianças. Trabalham ainda na creche, uma assistente social, uma pedagoga, um médico e uma nutricionista.

Os custos da alimentação, considerada boa e variada, representam 23,4% dos custos sociais globais e os gastos com pessoal, 56,8%. O que espanta é a alta proporção representada pelos gastos com pessoal técnico: 81,2% dos custos de pessoal e metade dos custos sociais globais! Apesar disto, não foi observado trabalho pedagógico na creche, o que talvez seja devido à alta rotatividade das estagiárias.

Contrastando com a precariedade destas duas creches, a creche do Centro Social do Gama atende 176 crianças, durante 12 horas diárias, em construção ampla, de boa qualidade, onde funcionam

também outros serviços. Note-se que a demanda existente não atendida, nessa ocasião, era de 236 crianças.

O pequeno número de crianças por monitora — 7, no berçário —, a orientação contínua, o cuidado na programação, distribuída entre atividades livres e dirigidas, garantem um trabalho pedagógico de boa qualidade. As instalações, o espaço, a boa alimentação, os cuidados com a saúde, contribuem para caracterizar o que a autora resume em seu sub-título: "o que é do Estado é melhor".

Nesta creche as mães recusam-se a pagar taxas; as que pagam podem reaver parte do dinheiro sob solicitação. Sua contribuição nos custos sociais globais foi avaliada em 0,1%. Os custos de pessoal correspondem a 57,5% e alimentação e material de consumo a 32,0% do total.

Comparando-se os custos destas 3 experiências, algumas questões podem ser levantadas. De forma geral, dadas as características de cada uma, pode-se perceber que os 3 grupos de crianças recebem um tratamento bastante desigual, seja quanto à qualidade dos serviços prestados, seja quanto ao que é exigido das famílias em cada caso, na forma de recursos materiais e de trabalho gratuito ou pouco remunerado.

Reproduzimos, a seguir, dados das tabelas organizadas pela autora sobre os custos de pessoal e os custos arcados pela família, dois indicadores das condições desiguais vividas em cada experiência.

TABELA 7

CUSTOS DE PESSOAL DAS 3 CRECHES DA LBA (Cr\$ DE 1983)

CRECHE	Nº CRIANÇAS	PERÍODO	CUSTO PER CAPITA ANUAL DE PESSOAL						CUSTO PER CAPITA ANUAL TOTAL DE PESSOAL (100 %)
			DOCENTE		TÉCNICO		ADMINISTRATIVO		
				%		%		%	
N.S. da Glória	240	4 horas	6.748	45,5	1.737	11,7	6.348	42,8	14.833*
Varjão	71	12 horas	11.733	9,4	101.676	81,3	11.631	9,3	125.040
Gama	176	12 horas	108.860	50,8	46.763	21,8	58.750	27,4	214.373

FONTE: Franco, M.A.C., Relatório de Pesquisa, p. 101.

* Se as crianças fossem atendidas em 8 horas, a estimativa de custos seria 20.000.

TABELA 8

CUSTOS ARCADOS PELAS FAMÍLIAS NAS 3 CRECHES DA LBA

(Cr\$ DE 1983)

CRECHE	CUSTOS
N.S. da Glória	3.848 (uniforme, material didático e taxa mensal)
Varjão	15.211 (taxa mensal)
Gama	534 (taxa mensal)

FONTE: Franco, M.A.C., Relatório de Pesquisa, p. 107.

As desigualdades são grandes, como se pode verificar. As creches que apresentam condições mais precárias de funcionamento são justamente as que recebem maiores contribuições das famílias.

Entretanto, justamente na creche que mais recebe das famílias (Varjão), é onde os técnicos mais pesam no orçamento. O trabalho pedagógico aparentemente não reflete nenhum benefício da presença desses técnicos, como nota a autora. Note-se que na creche do Gama, onde a autora encontrou em execução uma programação pedagógica satisfatória, os gastos com pessoal docente, em comparação com os demais, é maior. É preciso lembrar, por outro lado, que na creche mais pobre, a N.S. da Glória, os gastos estimados com pessoal administrativo correspondem, em grande parte, ao trabalho gratuito de Frei Cirilo, que também cuida das demais creches e atividades desenvolvidas pela paróquia.

No caso da creche N.S. da Glória e da creche do Varjão, trata-se pobremente a pobreza, nas palavras da autora. O atendimento de melhor qualidade está restrito a um pequeno número de crianças no Gama. A análise destas 3 experiências, assim, parece resumir bem a situação que prevalece nas creches do país, onde de quem tem menos se pede mais e se dá menos.

De fato, os principais problemas abordados pelas pesquisas examinadas não são diferentes, provavelmente, daqueles enfrentados pela grande maioria das creches brasileiras.

A primeira questão diz respeito ao que efetivamente representa o subsídio oficial em comparação com os custos reais de cada creche. Como vimos, o que aparentemente pode parecer uma solução barata que amplia as vagas para um maior número de crianças, na realidade corresponde a condições de atendimento precárias, cujo custo recai, em grande parte, sobre aquela mesma população considerada "carente", que se deseja assistir.

Em segundo lugar, nos mesmos programas onde se constatam falta de programação pedagógica e deficiência de pessoal docente, às vezes estão empregados vários funcionários técnicos e administrativos, em cuja remuneração são consumidas grande parte das verbas disponíveis. A mesma discriminação, que em seu caso extremo, diferencia a cozinheira e a faxineira da "Casinha da Vovó", das crecheiras, também separa as estagiárias da creche do Varjão do desproporcionado corpo técnico ali existente.

Além dessas diferenciações internas, as creches discrepam também entre si. Porque as crianças do Gama tem direito a um atendimento de boa qualidade e as de Ceilândia, apesar da abnegação de Frei Cirilo, recebem muito menos?

Tudo isto é ainda mais agravado pelas diferenças observadas em relação à contribuição das famílias. Pois a contrapartida de uma menor contribuição do Estado é sempre a maior contribuição daquelas famílias que menos tem para dar.

Outro traço que aparece com clareza em todos os estudos é a pouca importância conferida à dimensão educativa que qualquer trabalho com crianças forçosamente tem. Nesse caso são importantes as observações contidas nas pesquisas de Ribeirão Preto, onde se

verifica que nem sempre um maior número de adultos consegue criar um ambiente interacional mais favorável às crianças. Como as pesquisas em outros países já demonstraram, são as creches menores, com organização mais flexível e menos hierarquizada, que possuem melhores condições de desenvolver um bom trabalho educacional.

O fato das creches de tipo considerado "mais convencional" desenvolverem um trabalho de qualidade razoável, deve ser também levado em consideração quando se avaliam as diferenças de custo entre as várias creches. Quanto seria razoável gastar com cada criança, por ano, em troca de uma melhoria de qualidade? Deste total, qual seria a parcela que deveria ser destinada às pajens (ou monitoras)? Qual parcela deve ser gasta com alimentação e cuidados de saúde? Qual o papel do técnico na creche? Como otimizar o uso de pessoal de remuneração relativamente alta, como é o caso dos médicos, assistentes sociais e pedagogos, entre outros?

Estas são questões básicas a serem consideradas no momento de se reformular qualquer programa. Elas estão ligadas a uma questão maior, que é o significado do atendimento à criança de 0 a 6 anos. Se ele for entendido como uma forma de salário indireto, assim como outros serviços fornecidos pelo Estado, e, mais ainda, como um direito das crianças de 0 a 6 anos, como se justifica a permanência da concepção assistencialista, presente tanto nos órgãos do Estado, como nas entidades por ele apoiadas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Comissão Especial de Inquérito sobre Creches no Município de São Paulo. Relatório Final. São Paulo, jun. 1984. xerox.

_____. Transcrições das sessões. xerox.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti et al. Crianças carentes em ambientes carentes: estrutura, funcionamento, ambiente interacional e avaliação do desenvolvimento em creches que atendem à população de baixo nível sócio-econômico. Santo Domingo, XVIII Congresso Interamericano de Psicologia, jun. 1981. xerox.

FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. Da assistência educativa à educação assistencializada: um estudo de caracterização e custos de atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade. Rio de Janeiro, UNICEF/CNHR, 1983. Relatório de pesquisa. mimeo.

_____. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (51):13-32, nov. 1984.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório Geral - 1981. Brasília, LBA, s.d.

_____. Relatório Geral - 1983. Brasília, LBA, s.d.

_____. Relatório Geral - 1984. Brasília, LBA, s.d.

MIRANDA, Wanda Maria Mota de. Creches, desenvolvimento econômico, políticas sociais: um estudo de caso na cidade de Salvador. Salvador, UFBA, mestrado em Saúde Comunitária, jun. 1981. Projeto de Tese. xerox.

MIRANDA, Wanda Maria Mota de. Um diagnóstico de creches na cidade de Salvador. Salvador, UFBA, s.d. xerox.

SECAF, Regina Elisabete. Ambiente interacional em creches. São Paulo, s.d., Relatório para a FAPESP. xerox.

TOSCANO, Moema et al. Creche: necessidade e realidade. Rio de Janeiro, Centro da Mulher Brasileira, fev. 1980. Relatório de pesquisa. mimeo.

VIEIRA, Livia Maria Fraga e CAMARGOS, Regina Lucia de Melo. Creches comunitárias. Belo Horizonte, UFMG, s.d. Anexo ao relatório final para o CNPq. xerox.

_____. Prática educativa na Creche Comunitária: Uma análise micropolítica. Belo Horizonte, UFMG, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, nov. 1983. 1º relatório técnico-científico para o INEP. xerox.